

## Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2024

**Data, Hora e Local:** Aos 27 de junho de 2024, às 10h00, na sede da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000. **Presenças:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** **Presidente:** André Lima de Angelo; e **Secretário:** Javier Serrada Quiza. **Ordem do Dia:** Examinar e deliberar sobre (i) a criação de novas classes de ações preferenciais e a determinação de suas características, vantagens e preferências; (ii) o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de novas ações preferenciais; e (iii) a alteração do caput e dos parágrafos oitavo e nono do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para prever as novas classes de ações preferenciais criadas e refletir o aumento de capital social. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(a)** A criação de ações preferenciais de classe C, D e E, às quais, quando emitidas, serão imputadas as seguintes vantagens e preferências e terão as seguintes características (as "Novas Classes de Ações Preferenciais"): (i) As Novas Classes de Ações Preferenciais serão nominativas e sem valor nominal; (ii) As Novas Classes de Ações Preferenciais possuirão, como única e exclusiva preferência, a prioridade em relação às ações ordinárias e às ações preferências Classe A no reembolso de capital, com base no capital social integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; e (iii) As Novas Classes de Ações não terão direito a voto. **(b)** O aumento do capital na Companhia, de R\$ 1.395.000.000,00 (um bilhão e trezentos e noventa e cinco milhões de reais) para R\$ 2.968.487.600,20 (dois bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos reais e vinte centavos), um aumento, portanto, de no valor de R\$ 1.573.487.600,20 (um bilhão, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos reais e vinte centavos), mediante a emissão de: (i) 2.520.000 (dois milhões e quinhentas e vinte mil) ações preferências classe C, ao preço de emissão de R\$ 332,3072488730 por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A, totalizando R\$ 837.414.267,16 (oitocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos); (ii) 2.081.100 (dois milhões, oitenta e um mil e cem) ações preferências classe D, ao preço de emissão de R\$ 250,0428571430 por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A, totalizando R\$ 520.364.190,00 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa reais); e (iii) 648.900 (seiscentos e quarenta e oito mil e novecentos) ações preferências classe E, ao preço de emissão de R\$ 332,4227816940 por ação, fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A, totalizando R\$ 215.709.143,04 (duzentos e quinze milhões, setecentos e nove mil, cento e quarenta e três reais e quatro centavos). A totalidade das ações preferências emitidas em decorrência do aumento do capital social ora aprovado foi subscrita pelas acionistas da Companhia nos termos dos boletins de subscrição constantes do **Anexo I** a esta ata, com expressa renúncia aos respectivos direitos de preferência, nos termos da Lei das S.A. **(c)** Em decorrência das deliberações contidas nos itens "a" e "b" acima, a inclusão do parágrafo décimo do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, além da alteração do caput e do parágrafo zero deste mesmo artigo, que passarão a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.968.487.600,20 (dois bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos reais e vinte centavos), dividido em 528.750.000 (quinhentas e vinte e oito milhões, setecentos e cinquenta mil ações, sendo (i) 265.000.000 (duzentas e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, (ii) 255.000.000 (duzentas e cinquenta e cinco milhões) ações preferências classe A, (iii) 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações preferências classe B, (iv) 2.520.000 (dois milhões e quinhentas e vinte mil) ações preferências classe C, (v) 2.081.100 (dois milhões, oitenta e um mil e cem) ações preferências classe D e (vi) 648.900 (seiscentos e quarenta e oito mil e novecentos) ações preferências classe E. [...] Parágrafo Nono:** As ações preferências de classe B possuirão, como preferência, prioridade em relação às ações ordinárias e às ações preferências classe A, C, D e E no reembolso de capital, com base no capital social integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e direito ao recebimento de dividendos equivalentes a 205,08 (duzentos e cinco inteiros e oito centésimos) vezes o valor pago a cada ação ordinária e/ou ação preferencial de classe A, C, D ou E. **Parágrafo Décimo:** As ações preferências de classe C, D e E possuirão, como única e exclusiva preferência, prioridade em relação às ações ordinárias e às ações preferências de classe A no reembolso do capital, com base no capital social integralizado, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia, não havendo diferenças em relação à prioridade no reembolso de capital entre as ações preferências de classe C, D e E. **Capítulo III – Órgãos Permanentes da Companhia. Artigo 5º:** São órgãos permanentes da Companhia: (i) a assembleia geral de acionistas da Companhia ("Assembleia Geral"); (ii) o conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"); e (iii) a diretoria da Companhia ("Diretoria"). **Artigo 6º:** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com os poderes conferidos em Lei, por este Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas, permitindo-se, em qualquer caso, a reeleição de seus respectivos membros e dispensando-se a constituição de caução em garantia dos seus respectivos mandatos. **Parágrafo Primeiro:** A remuneração anual global dos administradores será fixada anualmente pela Assembleia Geral, competindo à administração deliberar sobre sua respectiva individualização. **Parágrafo Segundo:** Os administradores tomarão posse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e observarão os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na Lei das Sociedades por Ações e no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Terceiro:** Ao final de seus mandatos, os administradores permanecerão no cargo até que os novos membros do Conselho de Administração sejam eleitos pela Assembleia Geral e até que os novos diretores sejam eleitos pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 7º:** Respeitada a legislação em vigor, a Assembleia Geral será convocada pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos por pessoa escolhida entre os presentes. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral será convocada por meio de carta registrada aos acionistas e publicações na imprensa oficial do Estado de São Paulo e em outro jornal de grande circulação, conforme preveem os Artigos 124 e 289 da Lei de Sociedades por Ações, devendo ser realizada em dia útil e horário comercial. O aviso de convocação conterá as informações de local, data, hora e agenda da Assembleia Geral, sendo que o aviso de convocação também conterá todos os documentos que estarão sujeitos a deliberação na assembleia. A primeira convocação será feita no mínimo 15 (quinze) dias corridos antes da data da Assembleia Geral e, se a Assembleia Geral não for realizada, uma segunda convocação será feita, observado o mesmo prazo mínimo de 15 (quinze) dias. **Parágrafo Terceiro:** Independentemente das formalidades acima, uma Assembleia Geral será considerada validamente realizada se todos os acionistas comparecerem a tal assembleia. As questões que não estiverem incluídas no aviso de convocação para uma Assembleia Geral não poderão ser aprovadas em uma Assembleia Geral, exceto quando todos os acionistas participarem da Assembleia Geral e concordarem expressamente em deliberar sobre tal questão. **Parágrafo Quarto:** A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem a totalidade do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Artigo 8º:** A Assembleia Geral tem as atribuições e poderes fixados na lei, e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa de seus interesses. **Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Ordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo Terceiro:** Os acionistas não poderão votar nas deliberações em que estejam em posição de conflito material de interesses com a Companhia. **Parágrafo Quarto:** Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior. **Parágrafo Quinto:** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão provar a sua qualidade de acionista, apresentando à Companhia os documentos de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. **Parágrafo Sexto:** Serão considerados presentes às Assembleias Gerais os acionistas que participarem através de conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio eletrônico, independentemente da sua localização física. Um acionista também será considerado como presente caso esteja representado por procurador, nos termos do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que conste da referida procuração instruções específicas com relação ao voto a ser proferido. **Artigo 9º:** A Assembleia Geral terá competência exclusiva para deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Companhia, que dependerão do voto afirmativo de acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia, observadas as disposições do Acordo de Acionistas: (i) emissão de ações pela Companhia fora dos limites do capital autorizado ou de outros valores mobiliários ou direitos conversíveis em participação societária; (ii) qualquer decisão de conversão de valores mobiliários emitidos pela Companhia em ações; (iii) qualquer decisão a respeito da possibilidade de contratação de empréstimos ponte por todos ou por parte dos acionistas para financiamento de suas respectivas participações societárias; (iv) quaisquer alterações ao presente Estatuto Social ou quaisquer outros documentos societários da Companhia; (v) qualquer decisão referente à transformação, dissolução ou liquidação da Companhia e o encerramento de suas atividades; (vi) qualquer operação de reestruturação ou outras operações estruturais nas quais a Companhia esteja envolvida, incluindo fusão, cisão, vendas ou alienação de ativos da Companhia, e contribuição de ativos; (vii) qualquer alteração material nos negócios da Companhia ou início de qualquer novo negócio ou de atividades operacionais, sendo certo que uma decisão nesse sentido só poderá ser tomada de acordo com os termos dos documentos celebrados no âmbito do Projeto ("Documentos do Projeto"); (viii) redução do capital social ou de qualquer reserva de capital da Companhia ou redução do valor a ser pago por qualquer acionista com relação a ações parcialmente integralizadas, aquisição ou resgate de quaisquer ações, incorporação de ações, alteração de quaisquer direitos atribuídos a quaisquer ações ou classe de ações, ou constituição de penhor sobre as ações por qualquer acionista, sendo certo que uma decisão nesse sentido só poderá ser tomada se autorizada pelos Documentos do Projeto e pelos documentos celebrados pela Companhia para fins de financiamento da dívida e equity do Projeto ("Documentos Financeiros"); (ix) eleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (x) aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (xi) qualquer alteração na duração do exercício social da Companhia; (xii) qualquer mudança da sede social para endereço fora da Cidade de São Paulo; (xiii) qualquer decisão de declarar ou pagar dividendos, reservas, prêmios ou quaisquer valores distribuíveis de qualquer natureza ou fazer quaisquer outra distribuição, exceto conforme previsto no plano de negócios ou exceto nas hipóteses previstas no Artigo 11, Parágrafo Nono, item "xix", deste Estatuto Social; (xiv) listagem das ações ou quaisquer outros valores mobiliários da Companhia em bolsas de valores. **Artigo 10º:** Exceto conforme disposto no Artigo 9º acima, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo dos acionistas presentes (pessoalmente ou através de representantes) que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei, observado o disposto no Acordo de Acionistas e neste Estatuto Social. **Capítulo V – Conselho de Administração. Artigo 11º:** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo um designado presidente, um Vice-Presidente e os demais denominados conselheiros, observado o disposto no Acordo de Acionistas, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos e podendo ser acionistas ou não e residentes ou não no país. **Artigo 12º:** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração poderá eleger também membros suplentes. **Parágrafo Primeiro:** Os membros do Conselho de Administração eleitos pela Assembleia Geral deverão designar o presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, competindo ao presidente, além das atribuições próprias a seu cargo, (i) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral, e (ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo:** No caso de vacância do cargo decorrente de morte, invalidez, aposentadoria, renúncia, destituição ou de outra forma, deverá ser convocada Assembleia Geral para indicação de membro substituto para ocupar o cargo até o final do mandato do membro substituído, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Quarto:** As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão realizadas trimestralmente e, extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem, a qualquer momento, mediante solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração. As reuniões serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração por sua iniciativa ou a pedido de qualquer membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Quinto:** As reuniões do Conselho de Administração serão precedidas de convocação de todos os seus componentes, pelo presidente, com antecedência mínima de 7 (sete) dias – sendo tal convocação dispensada na hipótese de presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração na reunião em questão –, através de corres-

pondência com aviso de recebimento ou e-mail especificando as matérias a serem deliberadas. **Parágrafo Sexto:** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença dos membros indicados por acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas. As reuniões serão realizadas em dias úteis e em horário comercial, salvo em caso de comprovada urgência, através de conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio eletrônico, exceto se de outra forma acordado entre os membros do Conselho de Administração. As reuniões serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração ou por seu substituto. Independentemente das formalidades previstas neste parágrafo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Sétimo:** Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração o conselheiro que nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação e que conste da referida procuração instruções específicas com relação ao voto a ser proferido. **Parágrafo Oitavo:** As deliberações do Conselho de Administração em cada reunião serão tomadas pelo voto afirmativo dos membros indicados por acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Nono:** A deliberação das seguintes matérias será de competência exclusiva do Conselho de Administração e serão tomadas pelo voto afirmativo dos membros indicados por acionistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia, observado o disposto no Acordo de Acionistas: (i) aprovação ou alteração do orçamento anual da Companhia ("Orçamento Anual") e tomada de qualquer decisão que possa fazer com que a Companhia opere acima do Orçamento Anual; (ii) assinatura de qualquer contrato de locação ou qualquer outro documento destinado à ocupação ou aquisição de imóveis (ou respectivas modificações) envolvendo montantes superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) individualmente ou R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no agregado, exceto por atividades legais ou de fato necessárias no âmbito do Contrato de Concessão; (iii) criação de qualquer hipoteca, encargo, penhor, cessão ou qualquer ônus ou garantia sobre quaisquer ativos da Companhia ou concessão de qualquer garantia, direito de indenização, carta conforto, garantia de desempenho ou outra garantia, ou assunção de qualquer obrigação, por ou em benefício de qualquer pessoa, que não esteja contemplado nos Documentos do Projeto e nos Documentos Financeiros; (iv) concessão de qualquer empréstimo ou realização de qualquer adiantamento para qualquer pessoa envolvendo valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) individualmente ou R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no agregado, exceto por aqueles incluídos no Orçamento Anual ou nos Documentos do Projeto; (v) aquisição pela Companhia, ou assunção pela Companhia, de qualquer negócio ou qualquer participação no capital social de, ou valor mobiliário emitido por, qualquer entidade; (vi) designação de auditores independentes; (vii) celebração, modificação ou encerramento de qualquer Documento do Projeto (incluindo o Contrato de Concessão) ou de qualquer Documento Financeiro ou qualquer renúncia no âmbito de tais documentos; (viii) contratação de dívida sem recurso, refinanciamento, levantamento de fundos (incluindo a celebração de qualquer contrato financeiro) ou qualquer outro endividamento pela Companhia, celebração de contratos ou obrigação de hedge, ou qualquer empréstimo ou outra extensão de crédito pela Companhia envolvendo a assunção de obrigações (x) acima de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) individualmente ou R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) no agregado, ou (y) acima dos limites aplicáveis estabelecidos nos Documentos Financeiros, e qualquer variação ou aditamento a tais contratos; (ix) aquisição, venda ou transferência de quaisquer ativos da Companhia, sejam tangíveis ou intangíveis (incluindo qualquer direito de propriedade intelectual) cujo valor seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) individualmente ou R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) no agregado; (x) início de qualquer ação pela Companhia envolvendo valores superiores a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Neste caso, os membros do Conselho de Administração não deverão se opor injustificadamente à decisão em questão e deverão levar em consideração os interesses da Companhia; (xi) início de ou realização de acordos com relação a qualquer processo judicial ou arbitral, ou qualquer outro procedimento envolvendo a Companhia, cujo valor de causa seja superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Neste caso, os membros do Conselho de Administração não deverão se opor injustificadamente à decisão em questão e deverão levar em consideração os interesses da Companhia; (xii) qualquer doação pela Companhia acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (xiii) decisão a respeito da celebração, encerramento ou alteração de uma parceria, contrato de participação nos lucros, consórcio, associação ou qualquer acordo similar; (xiv) alteração relevante nos princípios e normas contábeis adotados ou utilizados pela Companhia, exceto se exigido pela lei aplicável; (xv) decisão a respeito de qualquer investimento ou despesa da Companhia não incluído no plano de negócios acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) individualmente ou R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no agregado, ou celebração, alteração ou término de qualquer contrato envolvendo o mesmo nível de investimento ou despesas, receitas ou obrigações; (xvi) adoção, variação e alteração do plano de negócios ou modelo financeiro aprovados, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xvii) qualquer repagamento de obrigações da Companhia relacionadas a empréstimos e participação societária aos acionistas; (xviii) celebração de quaisquer novos contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou suas respectivas afiliadas, e qualquer alteração ou término de tais contratos, incluindo contratos de administração e de suporte; (xix) qualquer decisão referente ao pagamento de dividendos intermediários ou intercalares ou juros sobre capital próprio com base em balanços patrimoniais semestrais, trimestrais ou mensais, de acordo com as disposições legais aplicáveis; (xx) emissão de ações dentro do limite do capital autorizado; (xxi) qualquer transação que não seja no curso normal dos negócios da Companhia; (xxii) qualquer financiamento ou refinanciamento requeridos por mandatos bancários ou garantias de performance necessários nos termos do Contrato de Concessão; (xxiii) qualquer decisão de suspender a execução pela Companhia ou de incorrer em qualquer obrigação que não esteja prevista ou exceda o Orçamento Anual aprovado; e (xxiv) emissão, pela Companhia, de notas promissórias e/ou notas comerciais para oferta pública de distribuição. **Parágrafo Décimo:** Os acionistas da Companhia farão com que seus representantes no Conselho de Administração atuem no melhor interesse da Companhia quando proferindo seus votos no âmbito da aprovação de qualquer uma das matérias indicadas no Parágrafo Nono acima. **Parágrafo Décimo Primeiro:** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, as quais serão assinadas pelos conselheiros presentes, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Décimo Segundo:** Os acionistas da Companhia enviarão seus melhores esforços para garantir que os membros do Conselho de Administração por eles indicados, na forma e de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, compareçam a todas as reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo Décimo Terceiro:** As deliberações do Conselho de Administração poderão ser aprovadas por escrito, sem a necessidade de realização de uma reunião formal, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social, mediante a assinatura de todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Décimo Quarto:** O Conselho de Administração poderá constituir comitês para auxiliar nas suas atividades, incluindo, mas não se limitando, um comitê financeiro, um comitê de auditoria e risco e um comitê de indicação e remuneração, os quais serão permanentes. Os comitês serão compostos por membros do Conselho de Administração indicados pelo voto afirmativo dos membros do Conselho de Administração indicados por acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia e deverão refletir a composição do Conselho de Administração. As regras de governança e funcionamento de cada comitê (instalação, quórum, etc.) serão determinadas (e alteradas, conforme o caso) pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá decidir ainda constituir um comitê de assessoria socioambiental. Os comitês não terão poder decisório e não serão estatutários, servindo como órgãos de assessoramento e consulta e devendo submeter propostas e recomendações ao Conselho de Administração. **Capítulo VI – Diretoria. Artigo 13º:** A Diretoria será composta por 2 (dois) a 6 (seis) membros, sendo, conforme aplicável, (i) um Diretor Presidente (CEO), (ii) um Diretor Executivo (Deputy CEO), (iii) um Diretor Financeiro e de Sustentabilidade, (iv) um Diretor de Administração Contratual e QSMS, (v) um Diretor Administrativo, e (vi) um Diretor de Operações, quando contratado no âmbito do início das operações do Projeto, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos e podendo ser acionistas ou não e residentes no país, os quais deverão se reportar ao Conselho de Administração e assegurar o funcionamento regular da Companhia. **Parágrafo Primeiro:** A investidura no cargo de Diretor far-se-á imediatamente após a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Parágrafo Segundo:** No caso de vacância do cargo decorrente de morte, invalidez, aposentadoria, renúncia, destituição ou de outra forma, caberá ao Conselho de Administração designar um substituto para cobrir a vacância e atuar como Diretor da Companhia até a efetiva contratação e eleição de uma nova pessoa para ocupar o cargo vacente. **Parágrafo Terceiro:** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, qualquer acionista que detiver uma participação mínima equivalente a 10% (dez por cento) do capital social votante da Companhia terá o direito de solicitar a substituição, remoção ou destituição de qualquer Diretor através do envio de uma notificação aos demais acionistas nesse sentido ("Notificação de Término de Mandato") no caso de negligência grosseira, má-fé, fraude ou descumprimento, pelo Diretor em questão, dos seus deveres fiduciários, não sendo necessário que tal falta e/ou descumprimento tenham sido judicialmente reconhecidos ou que quaisquer procedimentos ou ações judiciais tenham sido formalmente iniciadas contra o Diretor em questão na data de envio da Notificação de Término de Mandato. **Parágrafo Quarto:** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, caso uma Notificação de Término de Mandato seja enviada por um acionista aos demais acionistas, os demais acionistas farão com que os membros do Conselho de Administração por eles indicados (i) convoquem uma reunião do Conselho de Administração tão logo possível para tomar as devidas providências, e (ii) usem seu voto na reunião do Conselho de Administração competente para substituir, remover ou destituir o Diretor em questão, ou fazer com que tal Diretor seja substituído, removido ou destituído, sem atraso injustificado. **Parágrafo Quinto:** No caso de ausência ou impedimentos temporários do Diretor Presidente (CEO), as funções atribuídas a tal posição neste Estatuto

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2024 da Concessionária Linha Universidade S.A. Social serão exercidas pelo Diretor Executivo (Deputy CEO). **Artigo 14°:** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação a qualquer Diretor com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, sendo tal convocação dispensada caso haja a participação da totalidade dos Diretores. **Parágrafo Primeiro:** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria. As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria simples de seus membros. **Parágrafo Segundo:** As atas das reuniões com as deliberações da Diretoria serão registradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 15°:** A Diretoria será responsável por conduzir os negócios sociais, operações e atividades da Companhia, bem como o gerenciamento, administração e supervisão do dia a dia dos negócios e assuntos da Companhia, levando em consideração as diretrizes básicas concedidas pelo Conselho de Administração e os limites estabelecidos neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação, das atribuições de poderes e dos limites traçados pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo presente Estatuto Social, assegurar o funcionamento regular da Companhia, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral ou que sejam de competência privativa do Conselho de Administração. Assim, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia e, especialmente: (i) Elaborar e submeter à Assembleia Geral, anualmente, plano de trabalho e plano de investimento da Companhia; (ii) Elaborar e submeter à Assembleia Geral, anualmente, o orçamento anual da Companhia e suas revisões; (iii) Submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral: o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem com a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; (iv) Observar e executar as deliberações da Assembleia Geral e os termos deste Estatuto. **Parágrafo Segundo:** Exceto se de outra forma estabelecido em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, a celebração de quaisquer contratos, autorizações, pagamentos ou quaisquer outras ações gerenciais em nome da Companhia e na condução do seu objeto social das quais possam decorrer obrigações ou responsabilidades para a Companhia envolvendo montantes superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) dependerá, para sua implementação e como condição de sua validade, de prévia e expressa autorização, por escrito, dos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, podendo tal autorização ser enviada pelos acionistas por meio de carta ou e-mail. **Artigo 16°:** Compete ao **Diretor Presidente (CEO):** (i) exercer a função de interlocutor da Companhia para todos os assuntos a serem tratados com o Poder Concedente e demais órgãos governamentais; (ii) planejar, coordenar, organizar e dirigir a política de recursos humanos; (iii) presidir as reuniões da Diretoria, definindo as diretrizes empresariais em conformidade com as políticas emanadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; (iv) dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia; (v) coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores nas suas respectivas áreas de competência; (vi) auxiliar na elaboração e acompanhamento dos planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (vii) responder pelo acompanhamento dos resultados operacionais e pelas correções de rumos, quando necessário; (viii) manter os acionistas e conselheiros devidamente informados sobre o desenvolvimento das atividades da Companhia; (ix) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria; (x) coordenar a relação institucional e social da Companhia perante terceiros; e (xi) gerir e coordenar as políticas de governança corporativa. **Artigo 17°:** Compete ao **Diretor Financeiro e de Sustentabilidade (CFSO): Área financeira:** (i) planejar, coordenar, organizar e dirigir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo a prospecção de financiamento para a mesma; (ii) propor a empresa de auditoria externa que esteja cadastrada na CVM; (iii) coordenar o relacionamento com todas as entidades financeiras da Companhia, assim como empresas de seguro; (iv) executar e desenhar o plano de auditoria interna da Companhia; (v) auxiliar na elaboração do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia; (vi) realizar as compras e os provisionamentos da Companhia, assim como a gestão do almoxarifado; (vii) analisar o cadastro e as informações financeiras e econômicas de subempreiteiros, clientes e fornecedores para avaliar as operações econômicas e evitar a exposição da Companhia a riscos externos; (viii) gerir a tesouraria da Companhia, assim como seguimento das cobranças e pagamentos gerados na atividade empresarial; e (ix) . **Área de Sustentabilidade:** (i) implantar, manter, coordenar e acompanhar as atividades de sustentabilidade da Companhia; (ii) coordenar e atender as metas de sustentabilidade estabelecidas no Contratos de Financiamento junto aos bancos credores. **Área de relacionamento com os investidores:** (i) conforme aplicável, representar a Companhia, perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores; à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável; (ii) conforme aplicável, divulgar informações e comunicados à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados; (iii) conforme aplicável, prestar informações aos investidores. **Artigo 18°:** Compete ao **Diretor Executivo (Deputy CEO):** (i) elaborar e aprovar projetos e plano de concepção de engenharia das obras civis da Companhia, contemplando elementos suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o complexo das instalações civis, dos sistemas e de todo o material rodante. Contemplando sua perfeita e completa execução, com definição de método construtivo, especificação de materiais, equipamentos e sistemas. Em cumprimento ao cronograma previsto, aos anexos do Contrato de Concessão, ABNT ou, na sua falta, de normas internacionais e a legislação pertinente; (ii) coordenar e controlar o desenvolvimento e detalhamento dos projetos das obras aprovadas; (iii) coordenar a área de engenharia e as obras da Companhia; (iv) planejar, programar e controlar as obras de construção civil, incluindo: orçamentos, controle de custos, prazos, fiscalização e garantia da qualidade das referidas obras; (v) coordenar a execução das obras civis, instalação de sistemas e fornecimento de material rodante em cumprimento ao cronograma previsto, ao Contrato de Concessão e as especificações e procedimentos previstos nos Projetos de Concepção, bem como a legislação pertinente. **Artigo 19°:** Compete ao **Diretor de Operações:** (i) dirigir e coordenar a operação comercial do sistema metropolitano, por meio do atendimento aos usuários, controle do desempenho e o intervalo entre os trens, monitoramento da energia do sistema e supervisão de todas as estações e equipamentos da rede; bem como as ações que envolverem os diversos setores, por meio de um Centro de Controle Operacional (CCO), com o correto funcionamento dos sistemas e equipamentos instalados ao longo da linha; (ii) elaborar e submeter à Diretoria, para a devida aprovação, as normas ou instruções necessárias o monitoramento das condições de serviço de transporte de passageiros da linha do metrô, bem como os relatórios consolidados dos Sistemas de Ajuda aos Usuários, CCTO, CBTC, apoio a fiscalização da arrecadação de bilhetes de metrô; (iii) coordenar os transportes de arrecadação de bilhetes de metrô; (iv) gerenciar a aquisição de equipamentos necessários a operação das estações e a infraestrutura metropolitano; (v) gerenciar reparos, ajustes e aprimoramentos de rotina da linha do metrô, tais como abertura e fechamento, limpeza, segurança, conservação das instalações (incluindo orçamentos, controle de custos, prazos, fiscalização e garantia da qualidade das referidas obras); e (vi) coordenar e controlar a política de manutenção voltada para as atividades preventivas e preditivas. **Artigo 20°:** Compete ao **Diretor de Administração Contratual e QSMS:** (i) zelar pela execução plena do Contrato de Concessão e demais documentos da Concessão; (ii) apoiar a Diretoria Técnica no relacionamento com as áreas técnicas do Poder Concedente; (iii) dirigir e executar o atendimento aos prazos, resoluções, relatórios, cronogramas e monitoramento perante o Poder Concedente; (iv) dirigir a preparação de documentação

técnica para viabilização de empréstimos perante os bancos financiadores, além da participação direta das negociações necessárias a estes pleitos; (v) gerenciar contratos de fornecimento de equipamentos e equipes terceirizadas de atendimento, dentro de um programa de procedimentos e normas de contratação; (vi) gerenciar todos os processos de licenciamento ambiental das obras, botas-foras, jazidas, canteiros perante os órgãos ambientais; (vii) dirigir à aplicação e execução das condicionantes ambientais pertinentes às licenças obtidas; (viii) dirigir a execução de programas ambientais e programas de reciclagem; (ix) gerenciar os temas de desapropriações e desocupações; (x) implantar, manter, coordenar e acompanhar o Sistema de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Trabalho de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão; (xi) coordenar a migração do Sistema de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente quando for necessário; (xii) acompanhar e monitorar o atendimento aos requisitos legais dos contratos; (xiii) gerenciar e realizar as auditorias internas baseadas nas normas existentes; (xiv) representar da alta direção para temas de Meio Ambiente, Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho. **Artigo 21°:** Compete ao **Diretor Administrativo:** (i) preparar as demonstrações financeiras da Companhia, assim como os relatórios trimestrais e os relatórios exigidos por diferentes órgãos reguladores; (ii) acompanhar e coordenar as auditorias financeiras trimestrais da Companhia e demais auditorias obrigatórias da Companhia; (iii) coordenar a contabilidade da Companhia, adotando as Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas Internacionais (IAS); (iv) coordenar as rotinas de contabilidade, para assegurar o registro dos fatos, atendendo aos princípios contábeis, elaborando demonstrativos (balanços, balanços patrimoniais, demonstrativos de resultados e relatórios gerenciais); (v) cadastrar e arquivar a documentação legal da Companhia (contábil, fiscal, expedientes técnicos, jurídicos, de todos os departamentos); (vi) coordenar o arquivo e o sistema de gestão documental; (vii) preparar e implementar normas e procedimentos internos para atendimento das normas e diretrizes na esfera tributária e fiscal, bem como apresentar documentos e declarações necessários; (viii) realizar o gerenciamento dos recursos financeiros de tesouraria para cumprimento das obrigações da Companhia; (ix) coordenar as áreas da Companhia para a elaboração e controle do orçamento anual e quinzenal; (x) apoiar na implantação e operacionalização dos procedimentos e atividades administrativas descentralizadas; (xi) apoiar e gerenciar o patrimônio da Companhia através de interface com as áreas de negócio; (xii) conforme aplicável, manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM, e junto às Bolsas de Valores e demais órgãos de controle que atuam no mercado de capitais, nos quais a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados. Entrega de relatórios periódicos na CVM; (xiii) conforme aplicável, coordenar a realização do cadastro no BACEN dos investimentos que sejam realizados em cumprimento da normativa vigente; e (xiv) coordenar a elaboração das normas ou instruções necessárias à administração da Companhia, em atendimento as normas ISO e cumprimento do planejamento contábil e financeiro da Companhia. **Artigo 22°:** A Companhia será considerada representada: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo conjuntamente; ou (ii) por procurador com poderes especiais e devidamente constituído, observados os limites estabelecidos em seu mandato. **Artigo 23°:** A Companhia, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores, agindo conjuntamente, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro, poderá nomear e constituir procuradores, para quaisquer fins, devendo, todavia, constar do instrumento de mandato os poderes e o seu prazo de vigência, o qual deverá ser determinado ou vinculado ao período de duração de um evento específico, sem limite de tempo (e.g. validade equivalente à vigência de instrumentos financeiros), exceção feita no caso de procurações *ad judicium*, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Capítulo VII – Conselho Fiscal. Artigo 24°:** A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente e, quando em funcionamento, será composto por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes. **Parágrafo Primeiro:** Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo:** As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei e seu funcionamento se verificará apenas nos exercícios em que a Assembleia Geral assim decidir. **Parágrafo Terceiro:** O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Conselho Fiscal, ao qual caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades. **Parágrafo Quarto:** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo Quinto:** O quórum de instalação das reuniões do Conselho Fiscal é o da maioria dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros do Conselho Fiscal presentes à reunião. **Parágrafo Sexto:** Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do membro do Conselho Fiscal substituído. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo seu suplente, especificamente para cada reunião. O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucro. Artigo 25°:** O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaborados o balanço anual e as demonstrações financeiras exigidas em Lei. As demonstrações financeiras anuais da Companhia serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados junto à CVM e observarão os preceitos legais e regulamentares aplicáveis e os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil. **Artigo 26°:** Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. **Artigo 27°:** O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que será as seguintes destinações: (a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) para todos os fins do artigo 202 da Lei das S.A., o pagamento de dividendos anuais obrigatórios ajustados na forma da lei de acordo com as deduções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” anteriores, que serão declarados e pagos na forma da lei, observado que tais dividendos corresponderão a 0% (zero por cento) do lucro líquido do exercício ou apurado em qualquer período enquanto o pagamento de qualquer dividendo mínimo obrigatório aos acionistas enseje um descumprimento de obrigações no âmbito do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 21.2.0432.1”, celebrado em 23 de dezembro de 2021 entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES; e (e) a Assembleia Geral decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei. **Parágrafo Primeiro:** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 27, as disposições do Acordo de Acionistas deverão ser observadas quando da destinação do lucro líquido do exercício. **Parágrafo Segundo:** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do *caput* deste Artigo 27 serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir. **Parágrafo Terceiro:** O valor dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Artigo. **Artigo 28°:** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles e por deliberação do Conselho de Administração, decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares. **Capítulo IX – Cessão e Transferência de Ações. Artigo 29°:** Qualquer emissão de ações ou transferência, direta ou indireta, de ações da Companhia que implique transferência de seu controle acionário, deverá observar os termos e condições do Edital, do Contrato de Concessão, bem como ser submetida à prévia anuência do Poder Concedente. **Parágrafo Único:** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 29, a alienação de ações da Companhia por seus acionistas, a qualquer título, deverá

observar o disposto no Acordo de Acionistas. **Capítulo X – Autorização do Poder Concedente. Artigo 30°:** Não obstante qualquer outro dispositivo deste Estatuto Social em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou por seus acionistas após prévia autorização do Poder Concedente: (a) quaisquer alterações no controle acionário da Companhia, seja por meio de modificação da composição acionária e/ou por meio de implementação de acordo de acionistas; (b) redução do capital social da Companhia; (c) propostas de emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem alteração no controle da Companhia ou que tenham como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador; (d) operações de fusão, cisão, incorporação; ou (e) contratação de empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o prazo do Contrato de Concessão. **Capítulo XI – Resolução de Disputas. Artigo 31°:** A Companhia, seus acionistas, conselheiros e Diretores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou decorrente, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, no Acordo de Acionistas, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme o caso (“Disputas”). **Parágrafo Primeiro:** As Disputas serão solucionadas por meio de arbitragem e será dirimido de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“Câmara”) em vigor na data de apresentação do requerimento de arbitragem (“Regulamento”), observados os termos e disposições a respeito dos procedimentos de arbitragem constantes do Acordo de Acionistas e da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Segundo:** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros (“Tribunal Arbitral”), sendo um indicado pelo requerente, ou requerentes, conjuntamente; e outro, pelo requerido, ou requeridos, conjuntamente, no prazo de 15 (quinze) dias contados da submissão do requerimento de arbitragem. Dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação de seus nomes pela Câmara, os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes deverão indicar o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral. Caso quaisquer das partes ou os árbitros indicados por elas deixem de proceder à indicação, esta será realizada de acordo com o Regulamento. **Parágrafo Terceiro:** A arbitragem deverá ser conduzida no idioma inglês, podendo as partes da arbitragem produzir provas em português ou inglês, sem a necessidade de tradução. A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde a sentença arbitral deverá ser proferida. Os árbitros não terão poderes para decidir qualquer Disputa com base em regras de equidade. **Parágrafo Quarto:** Todos os custos e despesas relativos ao procedimento arbitral serão divididos e pagos equitativamente pelas partes da arbitragem durante o procedimento de acordo com o Regulamento. A sentença arbitral poderá, ao final, atribuir à parte perdedora, ou a ambas as partes, na proporção do sucesso de seus pedidos, os custos e as despesas da arbitragem, incluindo honorários dos árbitros, taxas da Câmara e honorários de eventuais peritos. **Parágrafo Quinto:** A sentença arbitral será final e resolverá definitivamente a Disputa entre as partes da arbitragem e, tal como quaisquer ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral, vinculará as partes da arbitragem e seus sucessores. **Parágrafo Sexto:** Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, é eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo – renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja – para processar e julgar quaisquer demandas relativas à: (i) execução de obrigações certas e exigíveis, submetidas ao processo de execução; (ii) concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral; (iii) execução de ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral desrespeitadas pelas partes da arbitragem; (iv) execução da sentença arbitral; e (v) quaisquer outras medidas judiciais previstas pela Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Sétimo:** Antes da constituição do Tribunal Arbitral, caberá à Câmara consolidar múltiplas Disputas em um único procedimento arbitral, de acordo com o Regulamento, a pedido de uma das partes. Depois da constituição do Tribunal Arbitral, a fim de facilitar a resolução de disputas relacionadas, este poderá, a pedido de uma das partes, consolidar o procedimento arbitral com qualquer outro procedimento arbitral pendente que envolva a resolução de disputas oriundas deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e/ou a qualquer outro instrumento relacionado, independentemente de a Disputa envolver as mesmas partes. O Tribunal Arbitral consolidará os procedimentos desde que (i) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis entre si; e (ii) a consolidação nessas circunstâncias não resulte em prejuízos a qualquer das partes dos procedimentos consolidados. A competência para determinar a consolidação dos procedimentos e conduzir o procedimento consolidado será do primeiro Tribunal Arbitral constituído. **Parágrafo Oitavo:** A arbitragem será confidencial e as partes da arbitragem não deverão revelar a nenhum terceiro qualquer informação ou documentação apresentada na arbitragem que não seja de domínio público, ou provas ou materiais produzidos em razão da arbitragem, ou qualquer ordem ou sentença proferida na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de lei ou da ordem de qualquer autoridade governamental; ou (ii) seja necessária para a (a) execução de obrigações certas e exigíveis, submetidas ao processo de execução; (b) concessão de medidas cautelares e de urgência, anteriormente à constituição do Tribunal Arbitral; (c) execução de ordens ou medidas determinadas pelo Tribunal Arbitral desrespeitadas pelas partes da arbitragem; (d) execução da sentença arbitral; e (e) quaisquer outras medidas judiciais previstas pela Lei nº 9.307/96. **Capítulo XII – Disposições Gerais. Artigo 32°:** Na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia observará o acordo de acionistas arquivado na sua sede (“Acordo de Acionistas”), cabendo à administração zelar pelo seu cumprimento, abstendo-se de registrar transferência de ações e/ou quaisquer outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, exercício de direitos de preferência na subscrição de ações e/ou valores mobiliários ou, ainda, a criação de qualquer ônus sobre as ações e/ou os valores mobiliários da Companhia contrários às suas disposições. Os presidentes das assembleias, das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões de Diretoria não computarão os votos proferidos em infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** As obrigações e responsabilidades resultantes do Acordo de Acionistas serão válidas e obrigarão terceiros tão logo o Acordo de Acionistas tenha sido devidamente averbado nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância do Acordo de Acionistas e o presidente da Assembleia Geral, reuniões do Conselho de Administração e/ou reuniões de Diretoria deverá agir de acordo com o estabelecido na lei aplicável. **Parágrafo Segundo:** Na hipótese de qualquer conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas, as disposições do Acordo de Acionistas deverão prevalecer, até o limite permitido pela legislação aplicável. **Parágrafo Terceiro:** Caso o Acordo de Acionistas implique alteração de controle acionário da Companhia, sua celebração e sua eficácia ficarão condicionadas à autorização da STM ou outra entidade por ela designada. **Artigo 33°:** Em caso de intervenção da STM, ou outra entidade por ela designada, na Companhia, nas hipóteses previstas em lei, o interventor nomeado pelo Poder Concedente terá poder de decisão na Companhia enquanto perdurar a intervenção. **Artigo 34°:** É vedada a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes oriundos da concessão objeto do Contrato de Concessão em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto do Contrato de Concessão. **Artigo 35°:** Os seguintes documentos permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia: (i) contratos firmados pela Companhia e suas partes relacionadas; (ii) o Acordo de Acionistas; e (iii) documentos relativos a quaisquer programas de opções de compra de ações, títulos ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 36°:** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 287.695/24.4 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
**www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**





### Charlotte Software S.A.

CNPJ/ME nº 50.567.264/0001-08 – NIRE 35.300.614.721

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho de 2024

**I. Local, Data e Hora:** São Paulo-SP, na Rua Constantino de Souza, 2053, bairro Brooklin Paulista, CEP 04.605-000, no dia 10 de julho de 2024, às 10:00 horas.

**II. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**III. Presenças:** Verificado o quórum de 100% (cem por cento) dos subscritores do Capital Social com direito a voto, de acordo com as assinaturas constantes do Livro de Presenças, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976.

**IV. Mesa:** Pela unanimidade dos presentes, foi indicado para presidir a presente Assembleia o Sr. José Carlos Ferreira Cabral, e, para secretário(a) a Sra. Miriam Abduch Cabral.

**V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Aprovação do aumento do capital social, mediante emissão de novas ações ordinárias e nominativas no montante de R\$ 3.800.000,00, representando pela emissão de 3.800.000 (três milhões, e oitocentas mil) novas ações; **(ii)** Aprovação de alteração do endereço da sede, passando de São Paulo-SP, na Rua Constantino de Souza, 2053, bairro Brooklin Paulista, CEP 04.605-000, para São Paulo-SP, na Avenida Washington Luis, nº 1576 – apt. 41 E, Bloco F, bairro Santo Amaro, CEP 04.662-902; **(iii)** Aprovação de alteração do estatuto social artigo 12, parágrafo 2º, que passara a ter a seguinte redação: **§ 2º.** A representação da Sociedade em atos que impliquem a assunção de obrigações, bem como em negócios jurídicos em geral, observadas as disposições constantes do artigo 6º, será exercida em conjunto ou isoladamente pelos Diretores ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais. **(iv)** Aprovação para doação de ações com ônus e encargos; **(v)** Instituição de usufruto sobre as ações e condições da Administração da companhia; **(vi)** A alteração do Estatuto Social e sua consolidação com as alterações; **(vii)** Autorização da lavratura da ata na forma de sumário nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **(viii)** Aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, e sua consolidação com as alterações; **VI. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e votação, foram tomadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações: **(1)** Estando o capital totalmente integralizado, aprovado por unanimidade o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 3.800.000,00, representando pela emissão de 3.800.000 (três milhões, e oitocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, através da transferência de créditos com a sociedade, livres e desembaçados de quaisquer ônus ou restrições, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada sócio. **(2)** Aprovado por unanimidade a alteração de endereço da sede que passa a ser; São Paulo-SP, na Avenida Washington Luis, nº 1576 – APT 41 E, Bloco F, bairro Santo Amaro, CEP 04.662-902; **(3)** Aprovado por unanimidade a alteração do estatuto social artigo 12, parágrafo 2º, que passara a ter a seguinte redação: **§ 2º.** A representação da Sociedade em atos que impliquem a assunção de obrigações, bem como em negócios jurídicos em geral, observadas as disposições constantes do artigo 6º, será exercida em conjunto ou isoladamente pelos Diretores ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais. **(4)** Estando o capital totalmente integralizado, representado pela emissão de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, devidamente integralizadas, subscritas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou restrições, o acionista **José Carlos Ferreira Cabral**, doa, neste ato, cedendo e transferindo a nua-propriedade de 2.450.000 (dois milhões, quatrocentas e cinquenta mil ações de sua propriedade, pelo valor total de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), referente à 98% (noventa e oito por cento) do valor patrimonial líquido atualizado de suas ações, em razão da reserva de usufruto vitalício e outras condições, na forma abaixo: (i) Doação a **Felipe Abduch Cabral**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 296.163.338-95, e portador da CI RG sob nº 32650891 SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Washington Luis 1576, apto 12E, Santo Amaro, CEP 04.662-002, a nua-propriedade de 1.225.000 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil reais), pelo valor total de R\$ 1.225.000,00 (um milhão duzentos e vinte e cinco mil reais), com a instituição de reserva de usufruto vitalício, reserva de direitos políticos e direito de voto, em favor do sócio doador, e com gravame de incommunicabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade, impenhorabilidade, e reversibilidade, nos termos de Acordo de Acionistas; (ii) Doação a **Marina Abduch Cabral**, brasileira, casada, publicitária, residente e domiciliada, na Alameda das Embuias, 43, portaria Chamonix, CEP: 13.257-615, na cidade de Itatiba-SP, inscrita no CPF sob nº 343.737.988-77 e no Registro Geral sob nº 03233678779, expedido pela SSP/SP, a nua-propriedade de 1.225.000 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil ações, pelo valor total de R\$ 1.225.000,00 (um milhão duzentos e vinte e cinco mil reais), com a instituição de reserva de usufruto vitalício, reserva de direitos políticos e direito de voto, em favor do sócio doador, e com gravame de incommunicabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade, impenhorabilidade, e reversibilidade, nos termos de Acordo de Acionistas; (iii) As ações são doadas da parte disponível de José Carlos Ferreira Cabral, ficando os donatários dispensados de levar a colação estes bens. **(4.1)** Estando o capital totalmente integralizado, representando pela emissão de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, devidamente integralizadas, subscritas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou restrições, a sócia **Miriam Abduch Cabral**, doa, neste ato, cedendo e transferindo a nua-propriedade de 2.450.000 (dois milhões, quatrocentas e cinquenta mil ações de sua propriedade, pelo valor total de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), referente à 98% (noventa e oito por cento) do valor patrimonial líquido atualizado de suas ações, em razão da reserva de usufruto vitalício e outras condições, na forma abaixo: (i) Doação a **Felipe Abduch Cabral**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 296.163.338-95, e portador da CI RG sob nº 32650891 SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Washington Luis 1576, apto 12E, Santo Amaro, CEP 04.662-002, a nua-propriedade de 1.225.000 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil ações, pelo valor total de R\$ 1.225.000,00 (um milhão duzentos e vinte e cinco mil reais), com a instituição de reserva de usufruto vitalício, reserva de direitos políticos e direito de voto, em favor do sócio doador, e com gravame de incommunicabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade, impenhorabilidade, e reversibilidade, nos termos de Acordo de Acionistas; (ii) Doação a **Marina Abduch Cabral**, brasileira, casada, publicitária, residente e domiciliada, na Alameda das Embuias, 43, portaria Chamonix, CEP: 13.257-615, na cidade de Itatiba-SP, inscrita no CPF sob nº 343.737.988-77 e no Registro Geral sob nº 03233678779, expedido pela SSP/SP, a nua-propriedade de 1.225.000 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil ações, pelo valor total de R\$ 1.225.000,00 (um milhão duzentos e vinte e cinco mil reais), com a instituição de reserva de usufruto vitalício, reserva de direitos políticos e direito de voto, em favor do sócio doador, e com gravame de incommunicabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade, impenhorabilidade, e reversibilidade, nos termos de Acordo de Acionistas; (iii) As ações são doadas da parte disponível de Miriam Abduch Cabral, ficando os donatários dispensados de levar a colação estes bens; **(5)** As Doações são realizadas através da transferência das ações com a reserva de usufruto vitalício sobre a totalidade das ações e do capital social, em favor de José Carlos Cabral e Miriam Abduch Cabral, respectivamente, e cláusula de reversão aos doadores no caso de falecimento dos donatários, sem nenhum ônus e ônus. **(6)** Os usufrutuários na forma do artigo 114 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, detêm de forma irrevogável os direitos políticos sobre as ações doadas, e o direito exclusivo de voto sobre a totalidade das ações objeto da doação indicadas nos itens (i) e (ii), e sobre todas as eventuais emissões posteriores, não sendo necessária a manifestação de vontade de qualquer das detentoras da nua-propriedade das ações para as deliberações sociais de qualquer natureza e, sendo assim, será mantido o seu direito de voto exclusivo de **José Carlos Cabral** e **Miriam Abduch Cabral**, respectivamente, além da percepção de frutos civis de todos e quaisquer acréscimos, rendimentos, lucros, dividendos, novas quotas e ações, ações ou quotas em substituição às quotas doadas e/ou recebidas em decorrência de contribuição em capital de outras sociedades, subscritões, bonificações, agrupamentos, desdobramentos processos de reorganização societária (fusão, cisão, incorporação) ou benefícios outros originados, direta ou indiretamente, das participações societárias doadas, lucros e dividendos distribuídos e pendentes de distribuição, juros sobre o capital próprio, qualquer forma de remuneração e de distribuição de resultados, bem de qualquer espécie utilizado para remuneração e distribuição de lucros e dividendos, além de bens porventura adquiridos/gerados em sub-rogação, inclusive a partir de redução de capital, frutos, rendimentos e quaisquer acréscimos, benefícios outros advindos dos bens sub-rogados. **(7)** A posse, o uso, a administração e a percepção dos lucros das ações ora doadas, serão integralmente aos doadores usufrutuários na proporção das ações doadas, sendo que o exercício destes direitos será sempre realizado pelos e em nome dos doadores. **(8)** As ações doadas e ora transferidas são gravadas com cláusulas vitalícias de incommunicabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade e impenhorabilidade absolutas, extensivas a todos e quaisquer acréscimos, frutos, rendimentos, lucros, dividendos, novas quotas, ações ou quotas em substituição às quotas doadas e/ou recebidas em decorrência de contribuição em capital de outras sociedades, subscritões, bonificações, agrupamentos, desdobramentos processos de reorganização societária (fusão, cisão, incorporação) ou benefícios outros originados, direta ou indiretamente, das participações societárias doadas, lucros e dividendos distribuídos e pendentes de distribuição, juros sobre o capital próprio, qualquer forma de remuneração e de distribuição de resultados, bem de qualquer espécie utilizado para remuneração e distribuição de lucros e dividendos, além de bens porventura adquiridos/gerados em sub-rogação, inclusive a partir de redução de capital, frutos, rendimentos e quaisquer acréscimos, benefícios outros advindos dos bens sub-rogados. **(9)** Fica instituído que usufruto de ambos agora estabelecido, será acrescido na totalidade ao sobreveniente entre eles nos termos do artigo 1411 do Código Civil, pelo que a integralidade do usufruto do falecido será integralmente, e com todos os seus acessórios e disposições, acrescido ao sobreveniente. **(10)** São eleitos para ocupar os cargos de membros da Diretoria, ambos com mandato de 3 (três) anos: **1.** Miriam Abduch Cabral, brasileira, casada pela comunhão universal de bens, advogada, residente e domiciliada na, na Avenida Washington Luis, nº 1576 – apt 41 E, Bloco F, bairro Santo Amaro, CEP 04.662-902, na cidade de São Paulo-SP, inscrita no CPF sob nº 271.247.918-12 e no Registro Geral sob nº 13260812, expedido pela SSP/SP como Diretora-Presidente; e, **2.** José Carlos Ferreira Cabral, brasileiro, casado pela comunhão universal de bens, administrador, residente e domiciliado, na Avenida Washington Luis, nº 1576 – apt 41 E, Bloco F, bairro Santo Amaro, CEP 04.662-902, na cidade de São Paulo-SP, inscrito no CPF sob nº 006.665088-79 e no Registro Geral sob nº 7977739, expedido pela SSP/SP, como Diretor Operacional. **(11)** Fica alterada a redação e aprovada a alteração do Estatuto Social da **Charlotte Software S.A.**, com a redação a seguir transcrita, o qual foi lido e se acha conforme, tendo sido autorizada a sua publicação sem as assinaturas dos presentes. Charlotte Software S.A., São Paulo, 10 de Julho de 2024. Assinado Eletronicamente: **Presidente – José Carlos Ferreira Cabral; Secretária – Miriam Abduch Cabral; Felipe Abduch Cabral; Marina Abduch Cabral. Visto do Advogado: Rodrigo Garcia Sant'Anna Bevilacqua – OAB/PR 32.690.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 282.431/24-0 em 19/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

### Tendência Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 65.435.174/0001-22 - NIRE 35300188004

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 14 de junho de 2024

**1. Data, Hora e Local:** 14 de junho de 2024, às 10:00 horas, em sua sede social, na Av. Brig. Faria Lima nº 2092, 20º andar, Jd. Paulistano, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01452-002. **2. Mesa:** **João Alberto C.F. dos Santos**, Presidente; **Antonio Martins Lima**, Secretário. **3. Presença:** Acionistas representando 100% do Capital Social, conforme consta no Livro de Presença, convocados regularmente através de correspondência nos termos do §3º, do art. 124, da Lei 6.404/76. **4. Ordem do Dia: (1) Assembleia Geral Ordinária:** a) análise, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023, publicadas no jornal Data Mercantil - Edição Digital, em 06 de junho de 2024, nas fls. 12, nos termos do inciso III, do art. 294 da Lei 6.404/76; b) Aprovar a destinação dos resultados do exercício de 2023; c) Deliberar sobre a renúncia do Diretor Josef Kryss; d) Outros assuntos de interesse da Sociedade; **(2) Assembleia Geral Extraordinária:** a) Análise, discussão e aprovação da proposta da Dissolução da Sociedade; b) Nomear o liquidante; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. **5. Deliberações:** A Diretoria esclareceu os acionistas que por força da Receita Bruta da sociedade no exercício de 2023 ser igual R\$0,00 e o seu Patrimônio Líquido estar negativo em - R\$6.961.810,81 em 31/12/2023, publicou o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 de forma eletrônica, no jornal Data Mercantil, na Edição Eletrônica de 06/06/2024, nas fls. 12, por se enquadrar nas disposições do inciso III, do art. 294 da Lei 6.404/76. Dando seguimento aos trabalhos, foram deliberados os temas da ordem do dia, com os seguintes resultados: **(1) Da Assembleia Geral Ordinária:** a) Foram aprovados por unanimidade o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2023; b) Aprovado por unanimidade o Prejuízo apurado no Exercício, no valor total de R\$ 424.736,00 a ser lançado na conta de Prejuízos Acumulado que passa a ser de R\$ 9.938.810,81 devendo ser compensado com os lucros dos futuros exercícios ou suportado pelos acionistas. c) O Diretor Josef Kryss apresentou sua carta de renúncia ao cargo de Diretor, cessando plenamente seu mandato nesta data. Considerando que a sociedade possui dois Diretores eleitos e em pleno exercício de seus mandatos, decidem por unanimidade não eleger novo diretor, uma vez que por força do artigo 8º do seu Estatuto Social, a sociedade é plenamente representada e administrada com os dois diretores remanescentes, a saber: Diretor: o Sr. **Antonio Martins Lima**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.043.594-3 SSP/PR e do CPF/MF nº. 204.203.159-34, residente e domiciliado na cidade de Barueri, neste Estado, na Alameda Peru, nº 70, Alphaville II - CEP 06470-050; Diretor: o Sr. **João Alberto Costa Fonseca dos Santos**, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 6.370.882-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 693.194.808-34, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Isidoro de Sevilha nº 90, Vila Cleonice, CEP: 03286-010; ambos com mandato vigente até 30 de abril de 2025. **(2) Assembleia Geral Extraordinária:** a) Os acionistas, por decisão unânime, aprovam a Dissolução da Sociedade por não terem mais interesse na sua continuidade. b) Os acionistas, por decisão unânime, nomeiam liquidante, o Sr. **Antonio Martins Lima**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.043.494-3 SSP/PR e do CPF/MF nº. 204.203.159-34, residente e domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Peru, nº 70, Alphaville II - CEP 06470-050, que restringirá sua gestão aos negócios inadiáveis e os necessários à liquidação da sociedade, empregando o nome empresarial acrescentado da expressão **"Em Liquidação"** e de sua assinatura individual, com a declaração de sua qualidade "liquidante". **6.** Esgotada a Ordem do Dia e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu os trabalhos por encerrados. Antes, porém, suspendeu a sessão por meia hora para lavratura da presente ata, o que foi feito por mim. Reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme e assinada pelos componentes da mesa e os acionistas presentes, para os fins determinados em Lei. **Declaração:** A presente é cópia fiel da ata lavrada nas folhas 06 a 07 do Livro de Registro das Atas das Assembleias Gerais de nº 03 da Companhia, devidamente assinada pelos membros da mesa João Alberto Costa Fonseca dos Santos / Antonio Martins Lima e Acionistas Presentes: (i) Tendencia Holding Ltda. representada por Antonio Martins Lima / Sophie Kryss - administradores, e (ii) Leo Kryss representado por seu procurador Antonio Martins Lima. São Paulo, 14 de junho de 2024. JUCESP nº 262.569/24-3 em 10/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

### Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 8 de agosto de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 8 de agosto, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Google Meet, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a abertura de filial da Companhia a ser localizada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com a consequente alteração do Artigo 2º, Parágrafo Único, do Estatuto Social; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) e (ii) acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – [ri@athenasau.de.com.br](mailto:ri@athenasau.de.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i.) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 31 de julho de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente. (31/07, 01 e 02/08/2024)

### CAEPA – Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.

CNPJ/MF nº 22.467.235/0001-20 – NIRE 35.300.478.118

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para participar da AGO, que se realizará no dia 19/08/2024, às 14:30h, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a o exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Paraibuna, 01/08/2024. **Paulo Roberto de Oliveira** – Presidente do Conselho de Administração. (01, 02 e 03/08/2024)

### EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 – NIRE 35.300.605.306

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de maio de 2024

**I. Data, Horário e Local:** 22 de maio de 2024, às 09:00 horas, no endereço da sede social da **EPR 2 Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 65, sala 19B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), conforme alterada, em razão da presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **III. Publicações:** Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados na Central de Balancos do Sistema Público de Escrituração Digital ("SPED"), no dia 29 de abril de 2024, hash de publicação BDA1576EEA944DFD8869E8F9C8CD2894E880CBE8, conforme previsto nos artigos 289 e 294 da Lei 6.404 e na Portaria nº 12.071, de 07 de outubro de 2021 do Ministério da Economia ("Portaria nº 12.071/21"), dispensada pelos acionistas a publicação dos anúncios e a observância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404, nos termos do parágrafo quarto do referido artigo. **IV. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **V. Deliberações:** Após discutidas as matérias, os acionistas, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** aprovaram as contas da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** consignaram que não haverá distribuição do lucro líquido e pagamento de dividendos aos acionistas, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 12.991.708,21 (doze milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e oito reais e vinte e um centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; o resultado será destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia; **(iii)** consignaram que as publicações da Companhia têm sido e continuarão sendo realizadas no SPED, nos termos do artigo 289 da Lei 6.404 e da Portaria nº 12.071/21; e **(iv)** aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado com término em 22 de maio de 2025: (a) Sr. **Radamés Andrade Casseb**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 63605236 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 469.079.982-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1188, 6º andar, bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração e a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) Sra. **Fernanda Bassanesi**, brasileira, solteira, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10607840-95 (SSP/PCRS), inscrita no CPF/MF sob o nº 526.199.740-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1188, 6º andar, bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, para ocupar o cargo de membra do Conselho de Administração; (c) Sr. **Lucas Barbosa Rodrigues**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.622.454 (SSP/MG), inscrito no CPF/MF sob o nº 088.952.576-50, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, conjunto 304, Edifício Plaza Iguatemi, bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000; e (d) Sr. **Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.742.742-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 287.228.168-10, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, conjunto 304, Edifício Plaza Iguatemi, bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000. Os membros do Conselho de Administração ora reeleitos firmam, nesta data, o termo de posse e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administrativas da Companhia por lei especial, nem condenados ou sob os efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, contra o sistema financeiro nacional, normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou a propriedade. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404 que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VII. Assinaturas:** Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior; Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (Por Leandro Antônio Grisi e Rhoif Alvarenga Badine) e Voyager Participações S.A. (Por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas); Diretores: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior. São Paulo, 22 de maio de 2024. **Mesa:** José Carlos Cassaniga – Presidente; Enio Stein Júnior – Secretário. **Acionistas Presentes:** Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. Por: Leandro Antônio Grisi e Rhoif Alvarenga Badine; **Voyager Participações S.A.** Por: Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. **Diretores Presentes:** José Carlos Cassaniga; Enio Stein Júnior. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 282.088/24-6 em 19/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

### COMASA – Companhia de Águas de Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 24.353.816/0001-67 – NIRE 35.300.489.608

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para participar da AGO, que se realizará no dia 20/08/2024, às 14:30h, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a o exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Santa Rita do Passa Quatro, 02/08/2024. **Paulo Roberto de Oliveira** – Presidente do Conselho de Administração. (02, 03, 06/08/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

